

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

PÂMELA CILENE AZEVEDO DE OLIVEIRA

**PANDEMIA DE COVID-19 E A SOBERANIA ALIMENTAR DE MUNICÍPIOS E
FAMÍLIAS AGROECOLOGISTAS DA MATA ATLÂNTICA NO PAN LAGOAS DO
SUL**

Capão da canoa

2022

PÂMELA CILENE AZEVEDO DE OLIVEIRA

**PANDEMIA DE COVID-19 E A SOBERANIA ALIMENTAR DE MUNICÍPIOS E
FAMÍLIAS AGROECOLOGISTAS DA MATA ATLÂNTICA NO PAN LAGOAS DO
SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Doutora Gabriela Peixoto Coelho de Souza
Coorientadora: Tutora Mestra Ana Júlia Mourão Salheb do Amaral

Capão da canoa

2022

PÂMELA CILENE AZEVEDO DE OLIVEIRA

**PANDEMIA DE COVID-19 E A SOBERANIA ALIMENTAR DE MUNICÍPIOS E
FAMÍLIAS AGROECOLOGISTAS DA MATA ATLÂNTICA NO PAN LAGOAS DO
SUL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Doutora Gabriela Peixoto Coelho de Souza

Coorientadora: Tutora Mestra Ana Júlia Mourão Salheb do Amaral

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Gabriela Peixoto Coelho de Souza

Orientador

UFRGS

Prof^a. Me. Renata Tomaz do Amaral Ribeiro

UFRGS

Prof^a Me. Mirian Strate

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Ao meu parceiro de vida e de curso, Tarcisio, que me incentivou, motivou e me ajudou muito a chegar até o final do curso e realização deste trabalho;

Aos meus filhos, Theo e Mel, que são as minhas inspirações para tudo o que faço e tenho na minha vida;

Aos familiares e amigos, por todo o apoio dado ao longo do curso.

A minha orientadora Gabriela e tutora Ana Júlia pela paciência, dedicação, ajuda, motivação para a conclusão deste trabalho.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

RESUMO

Este trabalho aborda aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), desenvolvimento rural, efeitos da pandemia de covid-19 nos processos rurais (produção e comercialização), dos municípios envolvidos, os quais se encontram no território do PAN Lagoas do Sul. O objetivo geral foi compreender como a Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios do PAN Lagoas do Sul do RS foi afetada pela pandemia nos âmbitos da produção de alimentos e da renda familiar. A questão central que a pesquisa buscou responder centrou-se: até que ponto a pandemia afetou a segurança alimentar e nutricional no meio rural? Os procedimentos metodológicos constaram: a) seleção de três municípios: Maquiné, Santo Antônio da Patrulha e Três Cachoeiras, pelos critérios de proximidade com o município da pesquisadora e de expressividade rural; b) seleção de duas famílias agricultoras, uma de cada um dos dois últimos municípios; c) realização de entrevistas semiestruturadas com as famílias versando sobre questões relacionadas à influência da pandemia na renda e segurança alimentar e nutricional. Os resultados indicam que a segurança alimentar e nutricional foi comprometida nos últimos anos, no meio rural.

Palavras-chave: SAN. InSAN. covid-19. Pandemia. agricultura familiar.

ABSTRACT

This research involves aspects of Food and Nutrition Security (FNS), rural development, effects of the covid-19 pandemic on rural processes (production and marketing), of the municipalities involved, which are in the territory of PAN Lagoas do Sul. The general objective was to understand how the Food and Nutritional Security of the municipalities of the PAN Lagoas do Sul from RS was affected by the pandemic in the areas of food production and family income. The central question that the research sought to answer focused on: to what extent has the pandemic affected food and nutrition security in rural areas? The methodological procedures consisted of: a) selection of three municipalities: Maquiné, Santo Antônio da Patrulha and Três Cachoeiras, based on the criteria of proximity to the researcher's municipality and rural expressiveness; b) selection of two farming families, one from each of the last two municipalities; c) conducting semi-structured interviews with families on issues related to the influence of the pandemic on income and food and nutrition security. The results indicate that food and nutrition security has been compromised in recent years in rural areas.

Keywords: FNS; covid-19; pandemic; farming families.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 PANDEMIA DO COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MEIO RURAL: POLÍTICAS ALIMENTARES E INDICADORES DA REGIÃO DO LITORAL NORTE DO PAN LAGOAS DO SUL..... | 13 |
| 2.1 O contexto da pandemia de covid-19 e suas consequências na SAN no meio rural | 13 |
| 2.2 Políticas públicas relativas à questão alimentar e à SAN..... | 15 |
| 2.2.1 O PAN Lagoas do Sul e as ações voltadas à segurança alimentar e nutricional | 17 |
| 2.2.2 Monitoramento da SAN | 18 |
| 2.3 Insegurança alimentar no meio rural | 19 |
| 2.3.1 Agricultores familiares tradicionais, agroecologia e os processos de resistência do rural | 19 |
| 2.3.2 Uma primeira aproximação ao diagnóstico de Insegurança Alimentar e Nutricional na região Litoral Norte do PAN Lagoas do Sul | 22 |
| 3 O PAN LAGOAS DO SUL E O PERCURSO METODOLÓGICO | 26 |
| 3.1 Sobre o PAN Lagoas do Sul..... | 26 |
| 3.1.2 Municípios | 29 |
| 3.2 Percurso metodológico..... | 32 |
| 4 CARACTERIZAÇÃO DAS DINÂMICAS RELACIONADAS À SOBERANIA ALIMENTAR DE DUAS FAMÍLIAS AGROECOLOGISTAS FRENTE À PANDEMIA DO COVID-19, NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS E POLÍTICAS AGROSOCIOAMBIENTAL..... | 34 |
| 4.1 Famílias agroecologistas, seus contextos e dinâmicas no contexto da pandemia do Covid-19 | 35 |
| 4.2 Uma discussão sobre a Soberania alimentar a partir da análise dos municípios e propriedades agroecologistas de Santo Antônio da Patrulha e de Três Cachoeiras no contexto dos movimentos agrosocioambientais e da implementação de políticas..... | 36 |

| | |
|--|----|
| 4.3 Influência da pandemia do Covid-19 no rural de uma região produtora de alimentos, no entorno de unidades de conservação, e com a forte presença do movimento agroecológico e ambientalista e de políticas socioambientais..... | 40 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| REFERÊNCIAS..... | 45 |
| APÊNDICES..... | 48 |
| APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA:..... | 49 |
| APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 50 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se intitula “Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural durante a pandemia de covid-19 dos municípios do PAN Lagoas do sul no Rio Grande do Sul” e aborda, dentre outros aspectos, questões como Segurança Alimentar e Nutricional (denominada SAN), desenvolvimento rural, efeitos da pandemia de covid-19 nos processos rurais (produção e comercialização), e municípios localizados no território do PAN Lagoas do Sul.

Desde 2020, os países e suas populações vêm enfrentando uma pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Nesta declaração a OMS anuncia que o mundo estaria vivendo em meio ao surgimento de um vírus que começou a ser transmitido na China e que já havia atingido mais de 100 países, o vírus do COVID-19. Esse vírus é transmitido no ar, de pessoa para pessoa com contato próximo, por meio de gotículas do nariz ou boca e que se espalham quando alguém contaminado tosse ou ao espirrar. (Ascom SE/UNA-SUS).

Com todos esses acontecimentos e falta de conhecimento científico sobre o vírus, decretaram-se protocolos de higiene e de segurança. Com isso, ocorreram várias outras problemáticas além da questão da saúde como: crises econômicas gerando instabilidade financeira, desemprego e o aumento de preço dos produtos básicos de higiene e alimentos. Esse cenário gerou um grande agravante para a população mais vulnerável referente à disponibilidade de alimentos minimamente processados, *in natura* e produzidos pela agricultura familiar, comprometendo a sua segurança alimentar e nutricional.

As instabilidades econômicas provocadas pela pandemia contribuíram também com o agravamento da condição de Insegurança Alimentar e Nutricional, pois afetaram diretamente o potencial de aquisição de alimentos e a manutenção da alimentação adequada. De acordo com a lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deve abranger a realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e contínuo de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem que isso possa vir a comprometer o acesso a outras

necessidades essenciais. Esses alimentos devem ser benéficos para a saúde e respeitar a diversidade cultural em diversas dimensões como: ambiental, cultural, econômica e social (BRASIL, 2006).

O PAN Lagoas do Sul abrange os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, do complexo estuarino-lagunar litorâneo formado desde o Rio Maciambú-SC até a fronteira do Brasil com o Uruguai, agregando as lagoas costeiras (lagos e lagunas) e as áreas terrestres e marinhas contíguas, as quais fazem parte dos biomas Pampa e Mata Atlântica¹. Está compreendida, nessa área, a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, conforme figura 1:

Figura 1: Litoral norte do Rio Grande do Sul



Fonte: Lopes, Ruiz e Anjos (2018)².

Fazem parte da região do litoral norte gaúcho os seguintes municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

¹ Fonte: <<https://www.ufrgs.br/circulosociobiodiversidade/pan-lagoas-do-sul/>>.

² Fonte: LOPES, Eduardo Baptista; RUIZ, Thays Cristina Domareski, ANJOS, Francisco Antonio dos. A ocupação urbana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), 2018 maio/ago., 10(2), 426-441.

Levando em consideração essa realidade, é necessário conhecer os fatores envolvidos na promoção de SAN no contexto pandêmico. Para este trabalho, delimita-se um estudo de como a pandemia tem afetado a (In) Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural. Este trabalho parte da questão até que ponto a pandemia afetou questões envolvendo segurança alimentar e nutricional no meio rural? A dúvida surge no contexto de situação de insegurança dos agricultores familiares quanto à saúde pública e também de mudanças e adaptações no trabalho do campo: produção, demanda, participação em políticas públicas e condições de trabalho. Para compreender esta problemática tomou-se uma região de encosta da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, região produtora de alimentos pela agricultura familiar, o que levou à seguinte questão de pesquisa: Como foi a influência do Covid-19 no meio rural de uma região produtora de alimentos, no entorno de unidades de conservação, e com a forte presença do movimento agroecológico e ambientalista e de políticas socioambientais? O estudo investiga a questão em uma região onde ocorre a resistência da agricultura familiar, com fortes incentivos do movimento agroecológico e socioambientalista.

Como objetivo geral, para responder à questão, foi formulado: analisar a influência da pandemia do Covid-19 sobre a soberania alimentar de municípios e famílias agroecologistas de uma região de encosta da Mata Atlântica no PAN Lagoas do Sul. Para se alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos são os seguintes:

a) caracterizar a dinâmica relacionada à soberania alimentar de duas famílias agroecologistas frente à pandemia do Covid-19;

b) discutir a soberania alimentar a partir de uma análise do município e de uma propriedade de família agroecologista, no contexto dos movimentos e políticas agrosocioambientais.

A pesquisa, em linhas gerais, justifica-se pela compreensão de um fenômeno sem precedentes pelo qual a sociedade tem passado, com foco em uma região rural atendida por políticas socioambientais, com forte presença a Universidade. Ela está voltada à compreensão do fenômeno em Santo Antônio da Patrulha, Maquiné e Três Cachoeiras. Contribuindo para a construção de um panorama geral, sobre como o rural, em especial um rural que inclui ações para a conservação da

sociobiodiversidade e para promoção da segurança alimentar e nutricional, tem reagido a um fenômeno nunca vivido antes. São fatos que estão acontecendo e mudando a cada dia. Por fim, a pesquisa evidencia a reação à pandemia da região rural, que abriga a sociobiodiversidade, permitindo a construção de uma visão que testemunha como tem sido as atitudes, estratégias e adaptações das famílias agroecológicas em relação a ela e como é projetado um cenário futuro.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução que apresenta o tema, abordando o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. No segundo capítulo é abordada a revisão bibliográfica, que se dedica à explanação da pandemia do covid-19 e suas consequências no meio rural. No terceiro capítulo apresenta-se o campo de estudo e o percurso metodológico da pesquisa. O quarto capítulo expõe-se os resultados da pesquisa. E no quinto capítulo por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 PANDEMIA DO COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MEIO RURAL: POLÍTICAS ALIMENTARES E INDICADORES DA REGIÃO DO LITORAL NORTE DO PAN LAGOAS DO SUL

Esta seção se dedica à explanação da pandemia do covid-19 e suas consequências no meio rural. Ela está dividida em três subseções: o contexto da pandemia e suas consequências na SAN; políticas públicas relativas à questão alimentar; e Insegurança Alimentar no meio rural.

Para embasar os estudos sobre o recente fenômeno da pandemia do Covid-19 sobre o meio rural, em especial uma região com um movimento agroecológico e ambientalista bastante fortalecido, este capítulo está organizado em três seções. Na primeira, é apresentado o contexto da pandemia de covid-19 e suas consequências sobre a SAN no meio rural. A seguir são apresentadas políticas públicas relativas à questão alimentar, apresentando a política socioambiental do PAN Lagoas do Sul e as ações voltadas à segurança alimentar e nutricional. Nesta mesma seção é apresentado o Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional como uma ferramenta e monitoramento da SAN para os municípios do Rio Grande do Sul. Na última seção é a apresentada a discussão sobre a insegurança alimentar no meio rural, discutindo os agricultores familiares tradicionais e os processos de resistência do rural, finalizando com uma discussão sobre a insegurança Alimentar na região Litoral Norte o PAN Lagoas o Sul.

2.1 O contexto da pandemia de covid-19 e suas consequências na SAN no meio rural

Alpino *et. al* (2020) traz uma revisão narrativa de literatura no início da pandemia (março a maio de 2020) para analisar as primeiras ações em âmbito federal do governo brasileiro para a mitigação dos efeitos da pandemia que podem repercutir na segurança alimentar e nutricional, considerando as recentes mudanças institucionais das políticas e dos programas adotados. Dentre as ações propostas, destacaram-se aquelas relacionadas ao acesso à renda, como o auxílio

emergencial, e ao acesso à alimentos, como a autorização para a distribuição de alimentos fora do ambiente escolar com os recursos federais do PNAE, por exemplo.

Além de pensar nos aspectos de SAN, pensa-se também em um dos elementos mais importantes do sistema: o agricultor e as famílias da zona rural. Estão ocorrendo, assim, modificações no âmbito rural, como os hábitos alimentares, pois as famílias do campo não costumam consumir alimentos industrializados com tanta periodicidade, e os fatores socioeconômicos não são favorecidos. De acordo com Oliveira *et al.* (2013), com o passar dos anos, práticas de autoconsumo foram sendo relegadas e desprezadas pelas alterações relacionadas ao trabalho no campo, onde há diminuição da produção para autoconsumo em detrimento da produção industrial para a venda. O tempo investido para produzir alimentos para a família, atualmente, é absorvido pelas horas dedicadas à produção de alimentos, que foi ampliada. Neste sentido, o agricultor passa de produtor a consumidor.

De acordo com o Coelho-de-Souza (2020), a realização da Segurança Alimentar e Nutricional está diretamente relacionada com a consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, sendo um desafio alcançar a disponibilidade e o acesso aos alimentos, ao consumo e a utilização biológica., que tem como tema a desigualdade desse acesso e os meios para a sua obtenção e produção da segurança alimentar e nutricional nos municípios do território do PAN no Rio Grande do Sul.

A autora ainda afirma que os sistemas alimentares compõem um dos setores socioeconômicos que mais impacta no ambiente, e que a alimentação adequada e saudável é a via para a produção de alimentos de forma sustentável, a conservação dos ecossistemas, das espécies ameaçadas e da biodiversidade. No contexto da implementação do SISAN, os municípios de Torres, Morrinhos do Sul, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Osório, Tramandaí, Capivari do Sul, Balneário Pinhal, Mostardas, Tavares e Cristal realizaram seminários promovidos pelas prefeituras e pelo Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional como forma de identificar as ações em andamento em SAN nos seus territórios, assim como as principais problemáticas dos municípios e ações que poderiam ser realizadas.

2.2 Políticas públicas relativas à questão alimentar e à SAN

De acordo com Schneider (2020) no Brasil, existe uma longa história de elaboração acadêmica e de políticas públicas relativas à questão alimentar. Porém, tem como resultado histórico a desigualdade social, onde a condição de fome ainda é grande e a baixa eficiência na realização de políticas públicas que ainda se constitui de maneira desigualitária.

Josué de Castro defendia que era necessária uma ação enérgica do Estado para controlar interesses privados e internacionais a favor dos interesses nacionais, com o objetivo de garantir a melhor distribuição da produção de alimentos e a redução das desigualdades regionais (CASTRO, 1967).

Com algumas exceções, entre os anos 1930 e 2000, as políticas criadas para combater a pobreza e a fome tinham como característica o assistencialismo, a seletividade, a fragmentação e a descontinuidade. Faziam parte deste assistencialismo as doações de cestas de alimentos ou de leite, que, além de não garantirem a autonomia do indivíduo, reforçavam o clientelismo, agindo de forma compensatória.

Como resultado da ineficiência e ineficácia da ação estatal, pesquisas apontam que cerca de 60% da população vivia com um consumo energético inferior ao considerado necessário pela Organização Mundial de Saúde – OMS (VASCONCELOS, 2005). Outros programas destacaram-se com características estruturantes e/ou mais potentes, que foram aperfeiçoadas ou adaptadas perante a realidade de país ao longo de vários anos, como, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, criado em 1955), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, criada inicialmente como Companhia Brasileira de Alimentos em 1962), o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT, criado em 1976).

A partir de 2003, um conjunto de ações da gestão pública para combater à fome passa a ocorrer de forma coordenada, dentre elas: a redução do desemprego; aumento real do salário mínimo; transferência de renda; organização da assistência alimentar; medidas para facilitar o acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; entre outros (TAKAGI, 2010).

Tendo como objetivo garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada, o país adotou o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com a seguinte configuração definida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006:

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Observa-se que este conceito traz a questão alimentar para um patamar mais amplo, pois além de afirmar a necessidade de confrontar as situações de fome e desnutrição, destaca que o acesso deve ser de alimentos de qualidade, que deve ser garantido este acesso sem coibir outros direitos, deve respeitar a diversidade cultural e possibilitar uma sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.

Zago (2021) traz levantamentos pertinentes ao tema deste projeto. Busca-se, conforme dados da autora, levantar questões referentes à pandemia e sua relação com SAN. Inicialmente, evidencia-se aspecto histórico e legal: na Constituição de 1988, a saúde foi consolidada e instituída como um direito que foi garantido pelas políticas sociais e econômicas. Esse direito é compreendido como condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho e transporte, emprego e lazer, liberdade, posse da terra e acesso aos serviços de saúde, entre outros, impondo assim a integração de um conjunto de políticas públicas formada por diferentes setores de governo da época. Com isso surgiu a Lei Orgânica e se instituiu a PNSAN representando o direito de todos a terem uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais (BRASIL, 2006).

Outro ponto a ser observado é relativo à importância da educação alimentar e nutricional referente à promoção das práticas alimentares saudáveis. Estas são apontadas como estratégias para enfrentar os novos desafios na área da saúde, alimentação e nutrição. A difusão da promoção das práticas alimentares saudáveis

pode ser observada nas mais diversas ações políticas e estratégias que estão relacionadas com alimentação e nutrição. De acordo com Santos (2005), pode-se afirmar que essa noção é resultante do cruzamento entre o conceito de promoção da segurança alimentar e o da promoção da saúde.

2.2.1 O PAN Lagoas do Sul e as ações voltadas à segurança alimentar e nutricional

O território do PAN Lagoas do Sul é composto por 39 unidades de conservação, sendo que essas unidades possuem um papel significativo na integração das diretrizes e nos direitos dos povos e comunidades tradicionais, onde se inserem os processos de licenciamento, fiscalização e gestão das unidades de conservação (Coelho, Gabriela de Souza, pag. 83).

Conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o PAN Lagoas do Sul tem como objetivo "melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis e/ou tradicionais associados ao território"³. Para atingir o seu objetivo, o PAN Lagoas do Sul também estabelece ações de conservação distribuídas em quatro objetivos específicos⁴.

No decorrer dos anos de 2018 e 2019 foram realizadas diversas ações voltadas a Segurança Alimentar e Nutricional como visitas técnicas, oficinas temáticas, em agricultura sustentável, viagens de intercâmbio e participação em

³ Fonte: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-acao/9935-plano-de-acao-nacional-para-a-conservacao-pan-lagoas>>.

⁴ I – Promover e fortalecer ações articuladas e ações intersetoriais de uso e gestão do território, com foco ecossistêmico, na conservação e na sustentabilidade, incentivando o empoderamento equitativo da sociedade;
 II – Promover a educação socioambiental, a troca de saberes, a produção e a difusão de conhecimentos para a cultura da sustentabilidade, buscando o reconhecimento da importância dos bens e serviços ecossistêmicos e da sociobiodiversidade e dos territórios dos povos tradicionais;
 III – Incentivar atividades que promovam o bem-viver e a manutenção e melhoria dos processos ecossistêmicos com adoção de práticas sustentáveis; e
 IV – Fomentar ações que subsidiem o aprimoramento dos instrumentos legais, de normatizações e de licenciamento para gestão integrada e participativa, considerando a análise sinérgica e cumulativa dos impactos gerados pelos empreendimentos sobre os ecossistemas do território do PAN Lagoas do Sul (BRASIL, 2018).

encontro de avaliação da conformidade orgânica nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Caraá, Osório, Maquiné, Terra de Areia, Itati e Três Forquilhas, pelo ANAMA, por meio do Projeto Taramandahy – Fase III, com o objetivo de implementar um programa de conservação dos recursos hídricos, solos e floresta.

2.2.2 Monitoramento da SAN

Como ferramenta para monitorar os indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional, desde 2018 está disponível a base de dados do Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN), que se originou das redes formadas a partir do projeto de Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul, cuja formação básica se torna possível através de redes, etnoecologia e Segurança Alimentar e Nutricional e é desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e a EMATER, com apoio do MDA/CNPq. Esse projeto proporcionou uma forte articulação dessas instituições com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-RS), as quais, em conjunto, criaram o OBSSAN do Rio Grande do Sul. A principal característica e função do OBSSAN-RS é atuar como um instrumento de monitoramento da implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme o Decreto 7.272/2010 (capítulo VIII; BRASIL, 2010) e a contribuir no cumprimento do Direito Humano e Alimentação Adequada. Este sendo operacionalizado a partir do monitoramento, pela sociedade, de indicadores que auxiliem no estabelecimento de políticas que garantam a segurança alimentar e nutricional, com ênfase no fortalecimento da produção agroflorestal e nas condições de reprodução social dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Esse monitoramento é realizado a partir das seguintes dimensões: Produção de alimentos; Disponibilidade de alimentos; Renda e condições de vida; Acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo a água; Saúde, nutrição e serviços relacionados; Educação e Programas e ações de segurança alimentar e nutricional; e Sociobiodiversidade.

2.3 Insegurança alimentar no meio rural

A Insegurança alimentar é quando não se tem acesso pleno ou contínuo aos alimentos. Conforme dados do projeto da VigiSAN, hoje, em meio à pandemia, mais a metade da população brasileira, se encontra nesta situação deplorável quanto a alimentação, nos níveis leve, moderado e grave, sendo que este último afeta 9% da população brasileira, ou seja, 19% da população brasileira está passando fome. (VigiSAN, 2021).

Esta subseção de Insegurança Alimentar no meio rural está dividida em dois eixos: 1) os agricultores familiares e a resistência rural; e 2) PAN Lagoas e região do litoral norte gaúcho.

2.3.1 Agricultores familiares tradicionais, agroecologia e os processos de resistência do rural

Segundo Petersen (2009), é possível identificar a força e a capacidade de adaptação da agricultura familiar, diante do fenômeno da crescente urbanização de uma agricultura artificializada e da expansão das fazendas monocultoras. Ao contrário da previsão de que o desaparecimento dos camponeses frente ao avanço da agricultura industrial e do capitalismo no campo era inevitável, percebe-se que estes, apresentam uma das mais significativas forças de resistência à ordem hegemônica da globalização. Há a expressão da capacidade de resistir ao poder econômico e político-ideológico que nega sua permanência de modo de vida e produção. Já Wanderley (1999) defende que o agricultor familiar, inserido no mercado, guarda consigo muitos de seus laços camponeses, pois ainda precisa enfrentar velhos problemas nunca resolvidos, como por exemplo, o porquê ele resiste mesmo estando fragilizado, nas condições da modernização da agricultura brasileira.

A agricultura familiar persiste através do emprego de seu trabalho especialmente familiar e de seus conhecimentos tradicionais de maneira a valorizar os potenciais ecológicos e socioculturais locais, conforme Wanderley (2003 *apud* LAMARCHE, 1993, p. 47): “os agricultores familiares são portadores de uma tradição

(cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida)". Os recursos naturais são utilizados em favor da produção de alimentos, de maneira que estes não se esgotem, evidenciando a produção sustentável, sem agredir o meio ambiente. Como ressalta Wives e Machado (2014), os sistemas agrícolas familiares operam dentro de um ambiente dinâmico e mutável, impulsionados por fatores externos, tais como políticos, ambientais e econômicos, e fatores internos, que são as relações produtivas, sociais e comportamentais no contexto do estabelecimento.

Desde muito tempo, a sociedade vem buscando estabelecer estilos/ tipos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, capazes de proteger os recursos naturais e que sejam duráveis no tempo, tentando sair do estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico a partir dos novos descobrimentos da "modernização da agricultura" especialmente a partir da revolução verde no século XX, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. No entanto, em diversos países, passaram a surgir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, segundo as correntes a que estão aderidas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Em anos mais recentes, a referência constante à Agroecologia, que se constitui em mais uma expressão sócio-política do processo de ecologização, tem sido bastante positiva, pois nos faz lembrar de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores. Nesse sentido, são comuns as interpretações que vinculam a Agroecologia com "uma vida mais saudável"; "uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho"; "uma agricultura socialmente justa" (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A Agroecologia, surgiu então como a busca de construção de novos conhecimentos como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, p. 8, 2004).

Diante dessas tendências atuais conforme Altieri (2012), os conceitos de soberania alimentar e sistemas de produção baseados na agroecologia ganharam muita atenção nas duas últimas décadas. Iniciativas que implicam na aplicação da ciência agroecológica alimentada por sistemas de conhecimento tradicional lideradas por milhares de agricultores, organizações não governamentais e algumas instituições governamentais e acadêmicas, estão demonstrando que podem melhorar a segurança alimentar conservando os recursos naturais, e a agrobiodiversidade de comunidades rurais de várias regiões.

Outro ponto a ser observado é o fato de que o Ministério da Educação/FNDE autorizou a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE às famílias dos estudantes na forma de kits. Zago (2021) ressalta o artigo 2, parágrafos 2º e 3º da Resolução nº2, de 9 de abril de 2020, que diz que o kit deverá seguir as determinações da legislação do PNAE no que se refere à qualidade nutricional e sanitária, respeitando os hábitos alimentares, a cultura local e, preferencialmente, composto por alimentos *in natura* e minimamente processados, tanto para os gêneros perecíveis como para os não perecíveis e a gestão local poderá negociar com os fornecedores vencedores dos processos licitatórios ou das chamadas públicas da agricultura familiar o adiamento da entrega dos gêneros alimentícios perecíveis para o reinício das aulas.

Essas medidas fortaleceram muito a agricultura familiar nos municípios, pois os agricultores tiveram suas produções destinadas à elaboração dos kits para distribuição às famílias dos estudantes e garantindo/proporcionando uma alimentação nutritiva, saudável e rica em vitaminas.

Em relação ao período pandêmico, ainda estamos vivendo em uma situação de pandemia, em que enfrentamos diferentes estágios, inclusive uma quarentena com isolamento social. De acordo com Zago (2021), esse estado de quarentena visou a diminuição de progressão da doença e, por consequência, de mortes, permitindo que as autoridades sanitárias organizassem seus sistemas de saúde para conseguir atender devidamente a população. Entretanto, o período de quarentena se estendeu por meses, provocando o encerramento definitivo de diversos estabelecimentos comerciais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou relatório mostrando que a pandemia do novo *coronavírus* provocou o fechamento de 522,7 mil empresas de um total de 1,3 milhão, que encerraram suas atividades, temporária ou definitivamente, na primeira quinzena de junho de 2020. Esses dados não contemplam ainda o prejuízo estendido aos trabalhadores informais que, com as orientações de isolamento social, foram impedidos de gerar renda e proporcionar o sustento familiar. Conseqüentemente, a insegurança financeira acometeu milhões de pessoas em todo o mundo, o que fragilizou suas necessidades básicas, entre elas, a da alimentação (ZAGO, 2021).

No município do PAN Lagoas do Sul de Santo Antônio da Patrulha, em 2019, foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutrição, com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. A conferência municipal foi organizada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente e EMATER/RS na Sala dos Conselhos de Santo Antônio da Patrulha, Durante esse encontro, foi discutido como assunto principal o objetivo de ampliar e fortalecer os compromissos políticos para promoção da soberania alimentar, garantindo a todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão intersetorial do sistema na política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição.

Ações como a referida acima demonstram a preocupação municipal quanto ao desenvolvimento de SAN e de suas dimensões na região. Portanto, a partir de propostas difusoras, parte-se para projetos e programas também amparados pela gestão municipal e pelos órgãos relacionados (Emater, Secretarias municipais e órgãos parceiros). Dentre os projetos, elenca-se a Feira de comercialização, com venda direta do produtor. Nela, busca-se intensificar a participação da agricultura familiar da região e a consolidação de suas práticas.

2.3.2 Uma primeira aproximação ao diagnóstico de Insegurança Alimentar e Nutricional na região Litoral Norte do PAN Lagoas do Sul

Apesar dos esforços de alguns órgãos, como a Emater, por exemplo, para intensificar canais de comercialização para valorização de pequenos produtores, há

dados de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar no meio rural. Na região do litoral norte gaúcho do PAN Lagoas do Sul não é diferente. A covid-19 agravou essa situação, conforme os dados quantitativos que seguem.

Na figura 2 está a representação do Rio Grande do Sul na adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A figura 2 detalha as cidades onde o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é atendida (cor verde), é atendida parcialmente (cor amarela) e não é atendida (cor vermelha).

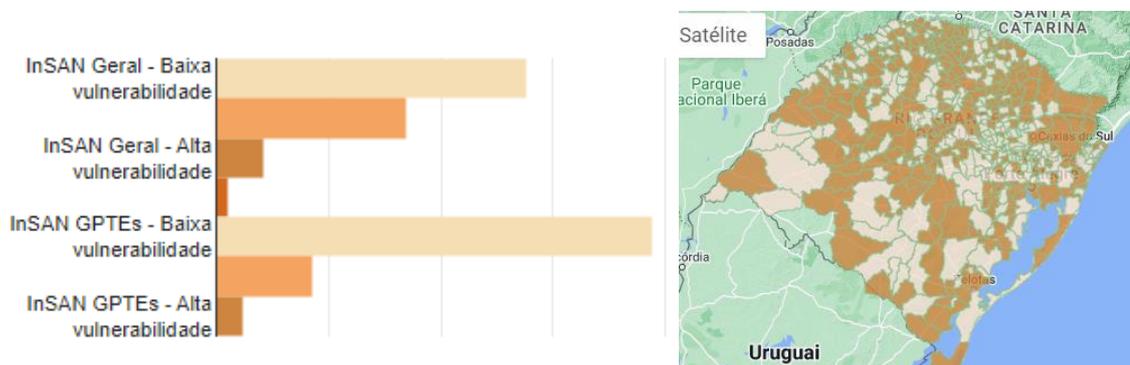
Figura 2: Adesão ao SISAN dos municípios do Rio Grande do Sul



Fonte: OBSSAN (2022).

A figura 3 detalha os municípios em vulnerabilidade, onde a insegurança alimentar é muito grande. Os municípios do litoral norte gaúcho estão classificados na zona de alta vulnerabilidade.

Figura 3: Vulnerabilidade da InSAN no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: OBSSAN (2022).

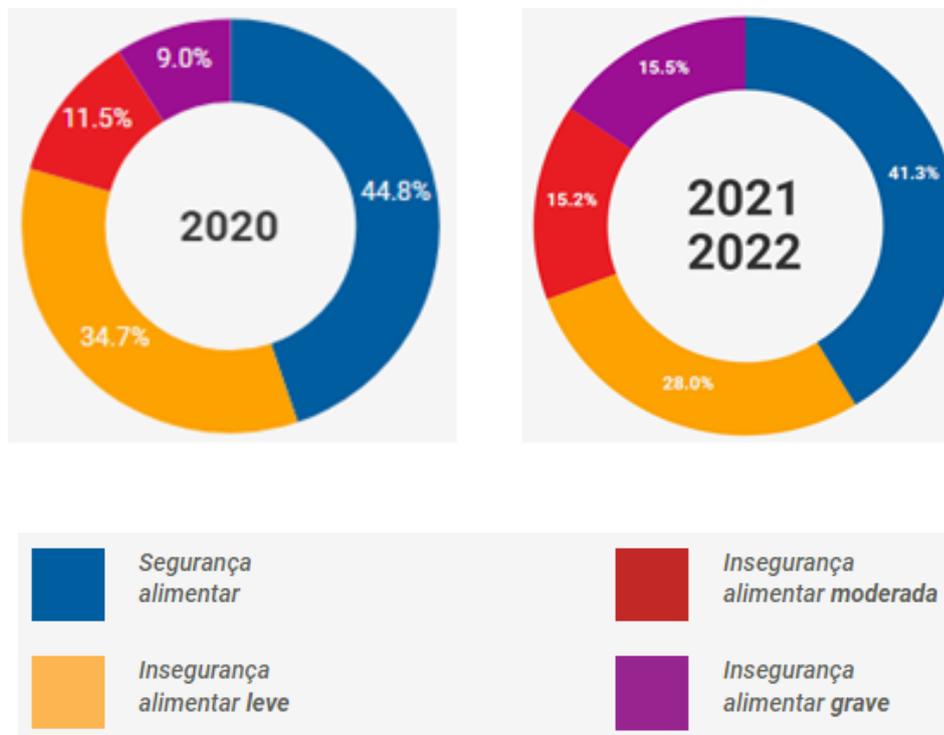
Os principais impactos da *covid-19* sobre a segurança alimentar e nutricional, até o momento, são heterogêneos, pois resultam de elementos relacionados aos fatores de risco que até agora são identificados para o pior prognóstico clínico da infecção pelo *coronavírus*, tais como obesidade e outras doenças crônicas, onde essas diferentes formas se dá pela má nutrição na qual vem se agravando no contexto da emergência sanitária.

Segundo o IBGE, em 2018, 25,3% da população brasileira vivia em situação de pobreza ou extrema pobreza. Porém, as vulnerabilidades são ampliadas com a *covid-19*, onde é necessário adotarmos medidas de isolamento social, e isso, por vezes, reflete na instabilidade do trabalho e renda das famílias, o que pode ocasionar na redução ao acesso a alimentos e, conseqüentemente, piorando a qualidade da alimentação das famílias.

Conforme dados da pesquisa desenvolvida, em 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN/ Olhar para a fome) divulga dados da insegurança alimentar no contexto da pandemia de *covid-19* se tornou ainda mais presente entre as famílias brasileiras. O número de domicílios com moradores passando fome passou de 9% (19,1 milhões de pessoas) no ano de 2020 para 15,5% (33,1 milhões de pessoas) no ano de 2022, esses dados são alarmantes, pois apresentam um aumento de 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome em apenas dois anos.,

Na figura 4, observa-se que o índice de insegurança alimentar grave subiu de 9% para mais de 15% nos últimos dois anos. A segurança alimentar diminuiu de 44% para 41%. Esses dados comprovam a gravidade da situação em que a sociedade brasileira se encontra, com agravamento da SAN ao longo dos anos no contexto da pandemia de *covid-19*. Esse agravamento fica evidente quando se percebe a desigualdade social, pois lares chefiados por mulheres ou negros foram mais impactados (conforme dados da REDE PENSSAN).

Figura 4: Dados da fome (2020, 2021, 2022).



Fonte: Olhe Para a Fome, (2022). Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em 11 jun. 2022.

Ainda é importante considerar a questão da SAN na zona rural. De acordo com Olhe para a Fome⁵, a InSAN está presente em mais de 60% das propriedades rurais brasileiras. A pobreza das populações rurais está associada à falta de apoio das políticas públicas voltadas ao campo, o que contribui com a fome: “A fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores (as) familiares e pequenos produtores(as) rurais” (Olhe para a Fome 2022).

Com esse cenário mundial, foram adotadas medidas que ajudam a garantir uma renda chamada “auxílio emergencial” para amenizar os impactos da pandemia e tentar promover a proteção social e a segurança alimentar e nutricional da população mais vulnerável. No entanto os agricultores familiares ficaram de fora do auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal⁶.

⁵ Fonte: Olhe Para a Fome 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em 11 jun. 2022.

⁶ Fonte: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/03/17/camara-mantem-veto-presidencial-a-auxilio-a-agricultores-familiares.htm>>.

Sendo assim, é evidente que a região do litoral norte gaúcho segue o padrão nacional no que tange à Insegurança Alimentar na zona rural. Ressalta-se que há falta de dados e análises sobre o agravamento em função da pandemia de covid. Ainda são necessárias medidas mais eficazes para manutenção da qualidade de vida no campo.

3 O PAN LAGOAS DO SUL E O PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, apresenta-se o percurso metodológico pelo qual passamos para atingir nosso objetivo geral e os objetivos específicos. Ela se divide em duas subseções: o PAN Lagoas do Sul e os percursos metodológicos propriamente ditos.

O presente estudo avaliará como a pandemia do COVID-19 afetou as questões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional na região da encosta do Litoral Norte, enfocando os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Maquiné e Três Cachoeiras. A escolha pelos municípios em estudo se deu por três critérios: a) municípios que integram a região Litoral Norte do PAN Lagoas do Sul, que se constitui como uma microrregião produtora de alimentos, onde a temática da SAN foi trabalhada por ações governamentais; b) expressividade rural, já que 30% da população se enquadra na categoria de agricultor familiar (SEBRAE, 2019); e, d) proximidade do pólo de Santo Antônio da Patrulha, para contribuir com o processo de produção de conhecimento sobre a região do pólo.

Para buscar compreender quais as ações são promovidas pela governança do PAN Lagoas do Sul na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, e como elas influenciam no enfrentamento à insegurança alimentar no contexto do Covid-19 no meio rural. Primeiro, se faz necessário conhecer o PAN Lagoas do Sul e os municípios da amostragem. A seguir é apresentado o percurso metodológico.

3.1 Sobre o PAN Lagoas do Sul

O levantamento de dados desta pesquisa gira em torno do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul).

Os biomas que a região abrange são os seguintes: Mata Atlântica, Marinho e Pampa. Dentre as espécies ameaçadas, citam-se: aves, como joão-platino, gavião-cinza, sanã-cinza; invertebrados aquáticos, como eglá; mamíferos, como bugio-ruivo, tuco-tuco, gato-do-mato; e peixes, como peixe-anual, peixe-rei, garoupa-verdadeira, raia-viola e tartaruga-cabeçuda.

1° O PAN Lagoas do Sul estabelece ações de conservação para 29 espécies de peixes, crustáceos, moluscos, répteis, aves e mamíferos ameaçadas de extinção, constantes da Lista Nacional (Portarias MMA nº 44/2014 e 445/2014): *Aegla obstipa*, *Alouatta guariba clamitans*, *Asthenes hudsoni*, *Austrofebias nigrofasciatus*, *Caretta*, *Chelonia mydas*, *Circus cineus*, *Ctenmys flamaioni*, *Ctenomys minutus*, *Cynopocilus fulgens*, *Cynopocilus multipapillatus*, *Epinepheuslus marginatus*, *Genidens barbatus*, *Genidens planifrons*, *Hippocampus reidi*, *leopardus colocolo*, *Leopardus guttulus*, *Leonardus wiedili*, *Liolaemus aambareis*, *Odontesthes bicudo*, *Olivancillaria contortuplicata*, *Olivancillaria teaguei*, *Pogonias cromis*, *Porzana spiloptera*, *pseudobats horkelli*, *Puma yagouarondi*, *Wilfrdomis oenax* e *Zapteryx brevirostris*.

2° O PAN Lagoas do Sul estabelece ações de conservação para 133 espécies da flora, constantes da Lista Nacional (Portaria MMA nº 443/2014): *Abatia angeliana*, *acianhera papillosa*, *Aechmea kertesziae*, *Aechmea kleinii*, *Aeschynomene frucipendula*, *Agrosis lens*, *Andropogon glaucophyllus*, *Annona marítima*, *Araucaria angustifolia*, *Baccharis hypercífolia*, *Baccharis penningtonii*, *Begonia itatinensis*, *Colletia paradoxa*, *Danthonia cirrata*, *Epidendrum ecostatum*, *Eryngium divaricatum*, *Eugenia pachtyclata*, *Eugenia rotundicosta*, *Grandisphyllum hians*, *Hippeastrum*, *Lulia nervosa*, *Marchantia berteriana*, *Neomitranthes cordifolia*, *Ocotea odorífera*, *Parodia porosa*, *Peixooa alexandr*, *Quilaja brasiliensis*, *Recordia reitzii*, *Smallanthus riograndensis*, *Solanum arenarium*, *Tilandsia crocata*, *Ulticularia tridentata*, *Virola bicuhyba*, *Witrockia superba*, *Xyris rígida*, *Xyris stenophylla*, *Xyris vacillans*, *Zizaniopsis bonariensis* e *zygostigma australe*.

É importante reconhecer o PAN Lagoas Sul como um conjunto de ações. Para controle destas, são enviados projetos e relatórios, disponíveis no ambiente virtual do ICMBio. Segue um exemplo de situação do PAN em período posterior à monitoria, representada na figura 5.

Figura 5: ANO DA MONITORIA: 2019.



Fonte: ICMBio, (2019).

A Portaria nº 751, de 27 de agosto de 2018, é o primeiro documento legal necessário para exposição neste estudo. O documento aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil - PAN Lagoas do Sul, considerando espécies ameaçadas de extinção.

A partir dessa portaria, resolve-se: no artigo 1, “aprovar o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil - PAN Lagoas do Sul”; e, no artigo 2, apresentar o objetivo geral, que é “melhorar o estado de conservação das espécies ameaçadas e dos ecossistemas das lagoas da planície costeira do sul do Brasil, promovendo os modos de vida sustentáveis”.

Especificam-se as espécies de peixes, crustáceos, moluscos, répteis, aves e mamíferos ameaçados de extinção, bem como as espécies da flora. Os seres elencados estão na Lista Nacional. Conforme § 3º, O PAN Lagoas do Sul abrange:

o complexo estuarino-lagunar litorâneo formado desde o Rio Maciambú-SC até a fronteira do Brasil com o Uruguai, agregando as lagoas costeiras (lagos e lagunas) e as áreas terrestres e marinhas contíguas, as quais fazem parte dos biomas Pampa, Mata Atlântica e Marinho (BRASIL, 2018).

Dentre as estratégias para atingir o objetivo geral, destacam-se as seguintes:

- a) promover e fortalecer ações articuladas e ações intersetoriais de uso e gestão do território;
- b) promover a educação socioambiental, a troca de saberes e a produção e difusão de conhecimentos para a cultura da sustentabilidade;
- c) incentivar atividades que promovam o bem viver e a manutenção e melhoria dos processos ecossistêmicos.

A coordenação do PAN Lagoas do Sul é de incumbência do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - ICMBio/CEPSUL. PAN Lagoas do Sul significa Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs que são instrumentos que servem para fazer o ordenamento e a priorização de ações para conservação da biodiversidade e das áreas naturais que a cercam como um todo.

Os municípios que estão abarcados pelo PAN Lagoas do Sul são os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que vão do complexo estuarino-lagunar litorâneo onde é formado desde o Rio Maciambú-SC até a fronteira do Brasil com o Uruguai, incluindo as lagoas costeiras (lagos e lagunas) e todas as áreas terrestres e marinhas contíguas, onde se formam parte dos biomas Pampa e Mata Atlântica.

3.1.2 Municípios

O local de estudo da pesquisa compreende a região litoral norte do PAN Lagoas do Sul, mais especificamente a região encosta. Dentro dessa regionalização, delimitou-se um recorte de três municípios: Santo Antônio da Patrulha, Maquiné e Três Cachoeiras. Desse recorte, partiu-se para o contato com os informantes das entrevistas e o direcionamento do objeto de estudo. Buscou-se traçar um panorama de Santo Antônio da Patrulha, Maquiné e Três Cachoeiras. O foco foi famílias rurais agroecológicas dos municípios.

3.1.2.1 Município Santo Antônio da Patrulha

Santo Antônio da Patrulha é um município da região do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul e sua economia é baseada, basicamente, na pecuária e na agricultura, tendo, ainda, algumas empresas do ramo da metalurgia, que são muito importantes para a cidade e para o Estado. Sua área total é de 1.049,807 km e com população de 39.685 habitantes, sendo 70,83 em zona urbana e 29,17% residentes em zonas rurais (IBGE, 2010).

Na figura 6 conforme dados do site Caravela (2022), o município possui 9,7 mil empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de alimentador de linha de produção (702), seguido de preparador de calçados (584) e de auxiliar de escritório (500). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 1,9 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 2,5 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Santo Antônio da Patrulha pode ser considerada baixa e é relativamente superior à média estadual.

Figura 6: Composição da renda por classe econômica- Município Santo Antônio da Patrulha- RS.



Fonte: Caravela (2022).

3.1.2.2 Município de Três Cachoeiras

Três Cachoeiras é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul, localizado no litoral norte do estado. A cidade é cortada pela rodovia BR-101.

Conforme a figura 7, O município possui de acordo com a figura 8, 13,8 mil empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de vendedor de comércio varejista (989), seguido de auxiliar de escritório (847) e de professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série) (837). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 2 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 2,5 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Três Cachoeiras pode ser considerada muito baixa e é relativamente inferior à média estadual.

Figura 7: Composição da renda por classe econômica- Município Três Cachoeiras-RS.



Fonte: Caravela (2022).

3.2 Percurso metodológico

O interesse sobre estudar soberania alimentar na pandemia do COVID-19

Foi após cursar a disciplina “DERAD 501 Segurança Alimentar e Nutricional”, ministrada pela professora Gabriela Coelho-de-Souza, que escolhi o tema desta pesquisa. Esse assunto me chamou a atenção e com a chegada da pandemia, surgiu a curiosidade em saber como as famílias do campo foram afetadas e se foram afetadas pelo COVID-19.

Como esse assunto da pandemia é completamente novo, pois esse vírus é desconhecido tanto para os cientistas, pesquisadores, profissionais da saúde, governo, entre outros, não se tem muita referência em relação a pandemia e também a falta de estudos e de saber como lidar com a situação e isso me levou a fazer entrevistas com duas colegas do Plageder, que sempre faziam menção de suas propriedades nos trabalhos desenvolvidos ao longo do curso.

Quando minhas colegas apresentavam os trabalhos, falando de suas rotinas, produção, tratamento de terra, colheita, vendas, participação de ONGs e reuniões, isso me deixava muito animada e interessada em saber um pouco mais sobre a rotina e vida deles e dos seus familiares.

Com o surgimento do COVID-19 e toda essa insegurança que nos pegou de surpresa, fiquei com curiosidade em saber como ficou a vida destas famílias rurais no campo e assim foi surgindo o meu trabalho. Em cada etapa dele, foi se revelando e me mostrando o quanto essas famílias conseguiram ir superando os desafios diários que chegavam e superando o novo, o medo do desconhecido e se reinventando dia a dia até o momento atual, pois ainda estamos vivendo com esse vírus, mas agora sabemos um pouco mais sobre ele e estamos vivendo nossas vidas com mais cautela e cuidado.

Este trabalho corresponde a um estudo sobre o impacto da pandemia de *covid-19* na zona rural, especialmente na agricultura familiar, nos municípios de Santo Antônio da Patrulha/RS e Três Cachoeiras/RS. O objetivo principal é compreender esse impacto. Para atingir tal objetivo, elencam-se diversos procedimentos metodológicos.

Em relação aos objetivos da pesquisa e à técnica de coleta de dados, esta pesquisa é considerada como exploratório-descritiva. Iniciou-se por um levantamento bibliográfico buscando: 1) levantamento de informações e dados referentes à pandemia de covid-19; 2) levantamento de fatores pandêmicos influenciadores na zona rural; e 3) levantamento de dados sobre Segurança Alimentar e Nutricional na região de estudo. A pesquisa foi de forma exploratória em

função da possibilidade de descoberta de ideias e intuições para adquirir familiaridade com o fenômeno, e também descritiva, pois tem como finalidade principal a descrição do fenômeno da Covid-19 em famílias agroecológicas rurais (OLIVEIRA, 2011). Além disso, foi realizado um levantamento de notícias e de reportagens a nível nacional, estadual e, se houver, a nível municipal sobre a pandemia, InSAN e rural.

Quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa que trabalha com dados de fácil quantificação e complementa-os com dados subjetivos ou descritivos. Os dados contribuem conforme o seu conteúdo e tratamento dos dados, tendo como principal aspecto a descrição, muito acima de dados estatísticos ou quantitativos. Além disso, reforça-se a ideia de pesquisa subjetiva, no campo das ciências sociais aplicadas.

Por tratar de questões relativamente recentes, os passos metodológicos a campo seguiram as etapas: identificação de municípios e famílias agricultoras a partir dos critérios definidos e elaboração de roteiro de entrevista e consentimento livre e esclarecido.

Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas a respeito dos momentos pandêmico, pré-pandêmico e “pós”-pandêmico, sua relação com o meio rural e a Segurança Alimentar e Nutricional (conforme apêndice A), conforme o quadro 1. A seleção das famílias entrevistadas se deu por três critérios: (1) representante da agricultura familiar; (2) dependente da produção para fonte de renda atualmente e anteriormente à pandemia; e (3) disponibilidade de participação e assinatura do Termo de Consentimento (conforme apêndice B).

Quadro 1: Descrição das entrevistadas.

| Entrevistadas | Município | Atuação | Trajetória no Campo |
|----------------------|---------------------------|--|--|
| 1 | Três Cachoeiras | Graduada e Mestre; 33 anos Responsável pela propriedade junto com o marido. Produtora orgânica da agricultura familiar; Atuante em organizações. | Inserida no meio rural desde a infância. A propriedade passa de gerações a gerações. Vive com marido e dois filhos, pais e avós. |
| 2 | Santo Antônio da Patrulha | Graduada; 35 anos Responsável pela propriedade | Tinha propriedade pequena em Santa Catarina. Há cinco anos construiu sua propriedade no Rio Grande do |

| | | | |
|--|--|---|------|
| | | junto com o marido. Produtora orgânica da agricultura familiar. | Sul. |
|--|--|---|------|

Fonte: Dados de pesquisa de campo, (2022).

Das duas famílias entrevistadas, uma é pertencente do município de Três Cachoeiras e a outra pertencente do município de Santo Antônio da Patrulha. As entrevistas foram realizadas de maneira virtual em virtude da distância dos municípios dos entrevistados. Por meio das duas entrevistas e do cruzamento com os dados disponíveis sobre a região e sobre as políticas socioambientais e de segurança alimentar e nutricional, foi possível retratar o cenário de SAN nas famílias rurais dos dois municípios, por meio de suas percepções sobre as consequências da pandemia de covid-19 especialmente para a agricultura familiar.

Em relação à técnica de análise de dados, realizou-se uma análise de conteúdo. Nessa análise, além de descrever os dados de maneira qualitativa, é possível contrastar com conhecimentos e impressões empíricas da realidade das famílias entrevistadas. As categorias de análise centraram-se nos termos: pandemia, agroecologia, produção de alimentos, comercialização, renda, mudanças nas técnicas de agricultura.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS DINÂMICAS RELACIONADAS À SOBERANIA ALIMENTAR DE DUAS FAMÍLIAS AGROECOLOGISTAS FRENTE À PANDEMIA DO COVID-19, NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS E POLÍTICAS AGROSOCIOAMBIENTAL

Nesta seção de resultados, apresenta-se uma caracterização das dinâmicas sobre Soberania Alimentar de agricultores familiares durante a pandemia. Além disso, expõem-se os movimentos de resistência no campo dessas famílias agroecologistas.

4.1 Famílias agroecologistas, seus contextos e dinâmicas no contexto da pandemia do Covid-19

As questões 1 e 2 perguntadas nas entrevistas são voltadas à vida no campo, à rotina das famílias antes da pandemia, a questão dos canais de comercialização e da participação em políticas públicas. Sabe-se da importância de políticas públicas como PAA e PNAE para a manutenção das famílias no campo, pois possibilita participação e ascensão social e oportuniza os pequenos produtores a participarem de chamadas públicas que, tradicionalmente, não conseguiriam, pois a competição com grandes agricultores é desigual. Petersen (2009) é um dos autores que discorre sobre essa manutenção no campo frente ao processo de urbanização e de potenciais de monoculturas. Essas famílias no campo, portanto, simbolizam a resistência à ordem hegemônica da globalização. A seguir, apresentam-se as informações das entrevistadas referentes a essa problemática.

As entrevistadas descrevem como elas percebem a vida no campo antes da pandemia:

Muitas coisas mudaram com a chegada da pandemia. Nós já fazíamos agricultura ecológica há mais de 30 anos e de lá pra cá sempre organizado em, além da produção na roça, dos trabalhos da própria agroindústria familiar, tanto aqui na propriedade quanto da agroindústria são alimentos certificados, como orgânicos. Temos participação social, como a associação dos agricultores ecologistas, a cooperativa, a certificação participativa, como reuniões, visitas, encontros. Recebemos muitos estagiários para estudos da agroindústria/ propriedade (Relato de entrevista- informante 1 – Três Cachoeiras, 2022).

A pandemia não trouxe muitas mudanças na nossa vida, pois o nosso estilo de vida já era meio isolado, então no ponto de vista do isolamento pela pandemia não nos afetou muito. O que impactou foi a convivência, pois no campo o relacionamento é fundamental e com a pandemia, foi se perdendo isso (Relato de entrevista- informante 2 – Santo Antônio da Patrulha, 2022).

Além disso, relatam quais são/eram os seus canais de comercialização principais e seu vínculo a concorrência de programas federais (PNAE, PAA):

A principal forma de comercialização são as feiras, que é o que fazemos há mais de 30 anos. Há dois pontos de feira, ambos na cidade de Porto Alegre, onde vamos nas quartas e nos sábados, então nos dividimos, enquanto famílias, para um participar na quarta e outro no sábado e temos uma rede de clientes, que vai desde restaurantes, cafés, lojas de produtos naturais e orgânicos, indústrias que utilizavam os produtos, como passas de bananas e o açaí, para a produção de outros alimentos, vendas institucional, pois

participamos por meio da cooperativa na qual fazemos parte da venda para PAA e PNAE, tanto produtos da roça quanto produtos da agroindústria (Informante 1 – Três Cachoeiras)

Participamos do PNAE e PAA e somos certificados pela Rede EcoVida e de uma cooperativa, Coonativa de alimentos orgânicos. O nosso principal canal de comercialização é a venda direta. No início da pandemia começamos a trabalhar pelo *whatsapp*, enviando a lista dos produtos para os clientes e fazendo os pedidos e hoje investimos em um site, onde as pessoas fazem os pedidos por ali e preparamos os produtos e fazemos a entrega. Essas vendas acontecem nos municípios de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Caraá (Informante 2 – Santo Antônio da Patrulha)

O que chama a atenção nesses relatos são as semelhanças entre as realidades das entrevistadas, pois ambas têm participação social ativa e canais de comercialização eficientes. Nas duas entrevistas, foi mencionada a venda direta ao consumidor, tanto pelo *whatsapp*, quanto por feiras realizadas semanalmente nos municípios vizinhos. Fortalecendo os circuitos curtos de comercialização, que é o canal de comercialização direto com o consumidor. Conforme Martinelli e Cavalli (2019, p. 4257), “essas formas de conexão da produção com o consumo aproximam o consumidor da origem do alimento”.

Segundo as entrevistadas, a pandemia teve um impacto de reestruturação e novo modelo de trabalho que essas famílias costumavam fazer, pois os pedidos aumentaram, uma vez que as pessoas estavam em isolamento e não estavam seguras a ir a supermercados, por exemplo. Então a venda pelo *whatsapp* ganhou destaque e começaram seguir por essa linha de comercialização que hoje continua.

4.2 Uma discussão sobre a Soberania alimentar a partir da análise dos municípios e propriedades agroecologistas de Santo Antônio da Patrulha e de Três Cachoeiras no contexto dos movimentos agrosocioambientais e da implementação de políticas

É importante reforçar o fato de que ambas entrevistadas representam resistência ao modo de produção em monoculturas e voltado ao agronegócio. Além de isso ser comprovado pelos canais de comercialização, o que se observa também é a diversidade nos produtos cultivados pela família. Essa diversidade transparece cuidados com o ambiente e com a sazonalidade dos cultivos, sustentabilidade na produção e promoção de alimentação saudável aos consumidores. Abaixo, conforme o quadro 2, segue a relação dos principais produtos de cada propriedade.

Quadro 2- Relação dos principais produtos de cada propriedade.

| Informante 1 (Três Cachoeiras) | Informante 2 (Santo Antônio da Patrulha) |
|---|--|
| <p>Açafrão em pó; Açaí Jussara; Bananada/mariola; Banana desidratada; Chips de banana; Chips de inhame; Compota de abóbora; Compota de figo; Doce de abóbora com coco; Doce de banana; Doce de banana com açaí; Doce de goiaba; Doce de uva; Farinha de banana verde; Farinha de maracujá; Figada; Goiabada; Molho de tomate; Polpa de amora; Polpa de butiá; Polpa de goiaba; Polpa de maracujá; Suco de maracujá.</p> | <p>Abóbora; Abobrinha; Açafrão/cúrcuma; Agrião; Aipim/mandioca; Alecrim; Alface; Alface crespa; Alface lisa; Alface roxa; Alho poro; Almeirão; Amendoim; Araçá; Arroz; Banana; Batata doce; Batata inglesa; Bergamota/mexerica; Berinjela; Beterraba; Butiá; Caqui; Carambola; Cebola; Cebolinha; Cenoura; Chuchu; Couve brócolis; Couve chinesa; Couve-flor; Couve folha; Ervilha; Espinafre; Tangerina Ponkan; Tomate cereja; Tomilho; Trigo; Yacon.</p> |
| <p>Total de produtos produzidos para comercialização: 23 tipos</p> | <p>Total de produtos produzidos para comercialização: 64 tipos</p> |

Fonte: Dados de pesquisa de campo, (2022).

Vale observar também que a descrição é composta por produtos certificados como orgânicos da propriedade das entrevistadas. A diversidade se vê nas frutas,

nas verduras e nos legumes produzidos, além de derivados, como doces, chips e polpas. A primeira entrevistada tem 23 produtos certificados, além de outros que são produzidos na propriedade. A segunda entrevistada tem 69 produtos certificados, pois muitos itens são sazonais e ao longo do ano vai se fazendo um rodízio de produção dos orgânicos, conforme a época do ano.

A pesquisa convergiu, com a constatação da diversidade produtiva e da cultura orgânica, para a participação em organizações e também em programas do governo. Para Ferigollo *et al.* (2017, p. 8), por exemplo, políticas públicas somam “na questão da segurança alimentar e nutricional, repercutindo na saúde e no meio ambiente” [...] e “os modos de produção vêm ganhando melhorias, como o incentivo à produção e oferta de produtos orgânicos e a ampliação de mercados institucionais”. Além de com a produção diversificada e orgânica, promoverem sistemas alimentares sustentáveis, disponibilizando alimentos de qualidade, práticas alimentares promotoras de saúde; diversidade cultural; ambiental, cultural, econômica e socialmente justa. Conforme Amaral *et al.*, (2020),

Nesse contexto de mudanças estão inseridos os produtores de alimentos orgânicos, os quais precisam conhecer e incorporar valores intangíveis a seus produtos, associando a estes novos conceitos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. A forma como os produtores orgânicos percebem e incorporam tais conceitos em seus processos produtivos e em seus produtos tende a ser um importante fator na conquista de consumidores com crescente nível de informação e exigência. Esses consumidores buscam produtos diferenciados, produzidos em estabelecimentos que preservam os recursos naturais e adotam princípios éticos nas etapas da cadeia produtiva (AMARAL *et al.*, p. 3478, 2020).

Ainda, Grisa e Schneider (2015, p. 22) falam sobre a conjuntura histórica da agricultura familiar. A constituição de 1988 abriu novos espaços de participação social e permitiu a garantia de direitos. Nesse contexto participativo, órgãos ganharam espaço, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999; a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001; e a regulamentação da Lei da Agricultura Familiar.

Com base nessas considerações, algumas questões envolveram a percepção das informantes a respeito do incentivo estatal e a participação em organizações sociais. Verificaram-se pontos em comum, conforme abaixo:

Segue um relato de como as informantes percebem o incentivo estatal para o desenvolvimento da agricultura familiar:

Nunca se teve um apoio para questão da agricultura familiar, sempre muito mais um apoio para uma agricultura empresarial e de maior porte. Como agricultura ecológica, não recebemos nenhum tipo de incentivo. A ajuda sempre veio por meio de ONGs, assessorias técnicas de organização dos agricultores agro ecologistas. Tivemos um período, na pandemia, que houve um incentivo e financiamento para a agricultura familiar, mas comparado ao montante de recursos que vai para a agricultura empresarial como um todo, a agricultura familiar ainda fica carente em incentivos, sendo que hoje se tem muito mais famílias de agricultura familiar do que empresarial (Informante 1 – Três Cachoeiras)

É quase que inexistente, pois nós percebemos que os incentivos estatais (federal, estadual ou municipal) como um todo são mais voltados para o agronegócio, então o agronegócio acaba tendo políticas, recursos e toda uma estrutura de mercado já organizada para isso, enquanto para a agricultura familiar tem algumas políticas que são desvio das funções, por exemplo, equipamentos que vão para as prefeituras e ao invés de ir para a secretaria da agricultura vão para obras, recursos que deveriam ser destinados para o fortalecimento da agricultura familiar e são alocados para outros fins nas prefeituras (Informante 2 – Santo Antônio da Patrulha)

Além disso, explicam sua participação em organização (cooperativa, ONG):

Fazemos parte de uma associação, que é a ACERT, que é a primeira associação que surgiu no Litoral Norte, que é a Associação de Colonos e Ecologistas da Região de Torres, desde 1991. Em 2005, contribuimos para o início da cooperativa Econativa de produtores e ecologistas. Também fazemos parte da Rede Ecovida de Agroecologia e temos também o certificado de orgânicos por meio do sistema participativo (Informante 1 – Três Cachoeiras)

Fazemos parte da Rede Ecovida que é uma associação que faz o processo da certificação orgânica participativa e também fazemos parte de uma cooperativa EcoNativa de Três Cachoeiras (Informante 2 – Santo Antônio da Patrulha)

O que mais chama a atenção nestes itens é a falta de incentivo e de recursos do governo, durante o período pandêmico, para as famílias rurais e pequenas propriedades. Sobre a participação em cooperativas e ONGs, ambas as entrevistadas participam ativamente das reuniões, encontros, fazendo parte de associações voltadas para a agroecologia por meio de sistemas participativos.

Na questão 4 apresentamos sobre o quanto a pandemia afetou a vida no campo. Essa problematização surgiu a partir de dados de que a InSAN está presente em mais de 60% das propriedades rurais brasileiras e de que a pobreza rural se associa à falta de apoio das políticas públicas voltadas ao campo (Olhe para a Fome, 2022). Em relação à realidade estudada, Coelho-de-Souza (2020) vê a realização da SAN como consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, mas ainda é um desafio para ser alcançado inclusive nos municípios do território do PAN no Rio Grande do Sul.

4.3 Influência da pandemia do Covid-19 no rural de uma região produtora de alimentos, no entorno de unidades de conservação, e com a forte presença do movimento agroecológico e ambientalista e de políticas socioambientais

As questões 6, 7 e 8 visam, portanto, a verificar as mudanças ocorridas pela pandemia e as possíveis necessidades das famílias do campo, conforme seguem abaixo:

Durante a pandemia, as informantes tiveram alguns desafios para superar, que estão descritos abaixo:

Sobre os desafios para superar durante a pandemia, a participação social, antes da pandemia, era muito efetiva, a participação nos encontros, reuniões e esse foi o nosso principal desafio, de como continuar esse trabalho que é coletivo, participativo, sem poder se encontrar e buscar mecanismos para continuar fazendo isso e mantendo o isolamento social e o segundo desafio foi a questão da comercialização dos produtos, pois o principal canal de comercialização é o de venda direta, então tivemos que repensar essa comercialização e acabou surgindo as vendas deliveries e por encomendas (Informante 1 – Três Cachoeiras)

Passamos por desafios constantes, pois estamos em um momento inicial da produção rural, onde a nossa propriedade tem 6 anos, mais ou menos. Então os principais desafios seguem, mesmo antes da pandemia, que é a questão de estruturação, organização das áreas produtivas, organização dos espaços, pois estamos com um projeto de organizar um espaço para trabalhar e beneficiar grãos, então todas essas coisas demandam recursos e tempo. Também tem todo um processo de organização das estruturas físicas, então no ponto de vista de desafio, acredito serem esses (Informante 2 – Santo Antônio da Patrulha)

A pandemia afetou diretamente alguns campos, como canais de comercialização, produção, saúde da família, questões psicológicas. Seguem explicações:

A pandemia afetou muito no campo, na comercialização, tendo que pensar em como que iremos refazer isso, nos reorganizarmos. A própria produção, no começo da pandemia, fez com que caísse a comercialização, pois fechou tudo e essa questão de saúde também nos preocupava. Não pegamos *Covid*, mas os sintomas gripais nos deixam em alerta. A questão das crianças ficarem sem escola também nos afetou psicologicamente (Informante 1 – Três Cachoeiras)

A pandemia ajudou a potencializar os canais de comercialização, pois passamos a adotar o *whatsapp* e logo depois investimos em um site, o que está dando muito certo, pois nos éramos uns dos poucos que entregávamos orgânicos antes da pandemia e com a pandemia e as restrições e comércios fechados, a demanda deles ficou muito grande, então acreditamos que os canais de comercialização acabaram se mostrando como um gargalo e tivemos que nos organizar para esse aumento de demanda semana a semana. Quanto à saúde, não fomos afetados pelo COVID, pois já vivíamos e vivemos isolados da população, em um sítio e tomamos todas as medidas de proteção para que esse vírus não nos atinja (Informante 2 – Santo Antônio da Patrulha)

Sobre a necessidade de uso de recursos emergenciais do governo, são detalhadas as seguintes informações:

Utilizamos um recurso do governo do estado para as empresas, com um incentivo de R\$ 10 mil reais para investir nas empresas de pequeno porte, com a forma de pagamento, em 36X, com 3 meses de carência e sem juros. Então esse recurso veio para ajudar no investimento da nossa agroindústria (Informante 1 – Três Cachoeiras)

Sobre os recursos do governo, no início pegávamos o auxílio emergencial de R\$ 600,00, pois não tínhamos carteira assinada, então nos enquadrávamos dentro dos requisitos para acessar os recursos emergenciais. Porém para a agricultura não se teve nenhum tipo de auxílio ou ajuda do governo e sabemos de muitos agricultores que passaram por muita dificuldade neste período (Informante 2 – Santo Antônio da Patrulha)

Percebe-se que, nessas questões, as famílias foram, sim, atingidas emocionalmente, tanto na parte da estrutura familiar quanto na parte da produção das propriedades, visto que tiveram que se reorganizar, adequar e se reinventar neste período. O ponto positivo foi que a produção nessas propriedades a produção de alimentos e/ou produtos não parou e, ao contrário da tendência nacional, foi muito bom poder perceber a evolução e superação que ambas tiveram neste momento, até mesmo em questão de modernização da comercialização com a criação de site e utilização do *whatsapp*.

A questão 9 configurou um ponto central para este estudo. O objetivo era verificar se as entrevistadas tinham conhecimento de casos que envolvam famílias do campo que tiveram a segurança alimentar e nutricional comprometida no período pandêmico. A informante 2 relatou que não tem conhecimento sobre pessoas do campo que tiveram a segurança alimentar e nutricional comprometida no período pandêmico.

Entretanto, a informante 1 trouxe um relato importante:

“Muitas famílias, principalmente aquelas que não têm uma diversidade de produção, tiveram sua renda prejudicada neste período, com a queda nas vendas. Isso não é somente na agricultura convencional, mas também na agricultura ecológica, por exemplo, muitas famílias produzem somente bananas e não tem uma produção diversificada. Além da pandemia, os ciclones, os efeitos climáticos que aconteceram na região deixaram muitas famílias com seus bananais destruídos, e isso acaba com que essas famílias tenham a renda bem baixa nesse período, e isso afeta diretamente também na alimentação familiar, prejudicando toda a questão financeira das famílias atingidas. Quanto mais diversificada a propriedade menos teria esse risco dessa insegurança alimentar, por isso que sempre incentivamos aos agricultores a ter essa diversidade de produção. Se não voltada para a comercialização, ao menos pode ser voltada para o próprio consumo da família”. (*entrevistada 1, relato de entrevista de campo, (2022)*).

Nessa questão, houve divergências entre as entrevistas. Uma diz que percebeu uma Insegurança Alimentar e Nutricional nas famílias e na população. Já a outra entrevistada não percebeu essa mudança, pois enfatizou que quem mora em propriedade rural, produz seu alimento então por mais que as vendas possam ter diminuído, a alimentação da família estava garantida. Ressaltam-se os fatores que podem afetar a SAN: eventos climáticos, pouca diversidade produtiva e possibilidade de autoconsumo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional (denominada SAN), desenvolvimento rural, efeitos da pandemia de covid-19 nos processos rurais (produção e comercialização), PAN Lagoas do sul e municípios envolvidos na pesquisa.

Conforme os dados obtidos no levantamento bibliográfico, a segurança alimentar e nutricional foi comprometida nos últimos anos de pandemia de covid-19. Essa realidade se verificou também no meio rural, que apresentou casos de pobreza. Portanto, pode-se observar que a questão central da pesquisa (até que ponto a pandemia afetou questões envolvendo segurança alimentar e nutricional no meio rural?) foi totalmente respondida pelo levantamento quantitativo de ambiente Olhe para a Fome. Além disso, a pesquisa de campo, por meio da resposta à questão 9 da entrevista, possibilitou confirmar esse levantamento.

Já de maneira específica sobre os municípios selecionados para análise (Maquiné, Santo Antônio da Patrulha e Três Cachoeiras), percebe-se que, por mais que estejam enquadrados em cenário de vulnerabilidade, as entrevistadas revelaram perspectivas otimistas em relação à sua produção e aos meios de comercialização – nos dois últimos municípios. O que prejudica o desenvolvimento rural, conforme observado, é a falta de incentivo estatal. O município de Maquiné não foi incluído na pesquisa de campo em função das limitações da pesquisa (tempo e disponibilidade da possível entrevistada).

O objetivo geral (compreender como a Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios do PAN Lagoas do Sul do RS foi afetada pela pandemia nos âmbitos da produção de alimentos e da renda familiar) e os específicos (identificar como os municípios se organizam quanto aos processos produtivos e comparar essa organização nos períodos pré-pandêmicos e pandêmicos; analisar o contexto da (In) SAN na pandemia do covid-19 e verificar as dificuldades das famílias envolvidas para manter renda familiar e Segurança Alimentar e Nutricional) foram parcialmente atingidos, pois não foi possível realizar uma comparação aprofundada dos períodos

pré-pandêmicos e pandêmicos. Entretanto, a explanação dos períodos separadamente foi plenamente realizada.

REFERÊNCIAS

ALPINO, T. M. A; SANTOS, C. R. B, BARROS, D. C.; FREITAS, C.M. COVID-19 e (in)SAN ações do governo brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cad. Saúde Pública**. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311x00161320>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>>. Acesso em: 10 ju. 2022.

AMARAL *et al.* Experiências a cerca da agricultura orgânica na região metropolitana de Belém-PA: perspectivas e apontamentos. In: Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária (SICOOPEs), 12., 2019. Castanhal, PA. **Anais...** Belém (PA): IFPA, 2020.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 6ºcap. II dos direitos sociais. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Portaria n. 751, de 27 de agosto de 2018. Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. alguns conceitos e princípios. **Brasília-2004**, 2004.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios do território do PAN no Rio Grande do Sul. In: COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (Org). **Conservação da biodiversidade e modos de vida sustentáveis nas lagoas do Sul do Brasil: a experiência de um plano de ação com enfoque territorial – Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2020, p. 98-108.**

FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V. R; HECKLER, D; TORRES FIGUEREDO, A. O.; PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R. M.. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Rev Saude Publica**. 2017; 51:6.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4251-4262, 2019.

Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN). Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/obssan/>>. Acesso em 11 jun. 2022.

Olhe para a fome. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2021/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OLIVEIRA, E. M. de; MACIEL, R. C. G.; MAFFI, B. A.; SILVA, O. L. P. da; OLIVEIRA, I. A. A. de. Segurança Alimentar: avaliação da situação nutricional e autoconsumo entre extrativistas e agricultores do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Bonal (PDS). In: 51º Congresso da Sober, n. 31, 2013, Universidade Federal do Pará. Anais... Belém - PA, 2013.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.

Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em 10 out. 2021.

Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:om-s-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

PM SAP. Disponível em: <<http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/pmsap/noticias/Conferencia-sobre-Seguranca-Alimentar-e-Nutricao-e-realizada-em-Santo-Antonio-da-Patrulha-2899>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Perfil das cidades gaúchas 2020: **Santo Antônio da Patrulha.** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santo_Antonio_da_Patrulha.pdf>. Acesso em 10 out. 2021.

PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.** [online]. 2005, vol.18, n.5, pp. 681-692. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<https://www.sedes.df.gov.br/seguranca-alimentar-e-nutricional/>>. Acesso em 01 de setembro de 2021.

UFRGS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/circulosociobiodiversidade/pan-lagoas-do-sul/>>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, pp. 21-55.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.

WIVES, D.G. e MACHADO, J.A.D. 2014. Fatores influentes e a tomada de decisão nos sistemas de produção da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. 10, 4 (nov. 2014).

ZAGO, M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021008-e021008, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661900/26331> >. Acesso em 31 de agosto de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA:

- Como você e sua família descrevem a vida no campo antes da pandemia?
- Quais são/eram os seus canais de comercialização principais? Vocês participam na concorrência de programas federais (PNAE, PAA)?
- E os principais produtos?
- Como vocês percebem o incentivo estatal para o desenvolvimento da agricultura familiar?
- Vocês fazem parte de alguma organização (cooperativa, ONG)?
- Durante a pandemia, vocês tiveram alguns desafios para superar? Descrevam quais.
- A pandemia afetou diretamente que campo: canais de comercialização, produção, saúde da família, questões psicológicas?
- Houve necessidade de uso de recursos emergenciais do governo?
- Vocês sabem de casos que envolvam famílias do campo que tiveram a segurança alimentar e nutricional comprometida no período pandêmico?

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Prezado(a) Senhor(a):

Esta pesquisa é sobre **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MEIO RURAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 DOS MUNICÍPIOS DO PAN LAGOAS DO SUL NO RIO GRANDE DO SUL** e está sendo desenvolvida por **Pâmela Cilene Azevedo de Oliveira**, do Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Doutora Gabriela Peixoto Coelho de Souza e a co-orientação da Mestra Ana Júlia Mourão Salheb do Amaral. O objetivo da pesquisa é compreender como a Segurança Alimentar e Nutricional dos municípios do PAN Lagoas do Sul do RS foi afetada pela pandemia nos âmbitos da produção de alimentos e da renda familiar.

Solicitamos a sua colaboração para o desenvolvimento deste estudo, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo com fins acadêmicos. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir de participar, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto e de como será minha participação, declaro o meu consentimento em

participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins acadêmicos.

Capão da Canoa, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante